



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade
Câmara de Compensação Ambiental
Ata da 86ª Reunião Ordinária
07 de outubro de 2022

1 Às quatorze horas e trinta minutos do dia sete de outubro de dois mil e vinte e dois, sob a
2 presidência do Subsecretário Executivo, **Felipe Alves Mendes**, reuniu-se, em caráter ordinário a
3 Câmara de Compensação Ambiental, de agora em diante denominada CCA, na forma instituída
4 pela Resolução SEA nº 25, de 19 de outubro de 2007, modificada pela Resolução SEA nº 101, de
5 04 de maio de 2009, modificada pela Resolução SEA nº 377, de 23 de dezembro de 2013,
6 modificada pela Resolução SEA nº 456, de 30 de março de 2015, modificada pela Resolução SEA
7 nº 518, de 02 de junho de 2016, modificada pela Resolução SEA nº 519, de 02 de junho de 2016,
8 modificada pela Resolução SEA nº 524, de 22 de julho de 2016, modificada pela Resolução SEAS
9 nº 12, de 08 de maio de 2019, modificada pela Resolução SEAS nº 56, de 29 de maio de 2020 e
10 pela Resolução SEAS nº 080, de 18 de janeiro de 2021; a Resolução SEAS nº 041, de 04 de
11 dezembro de 2019, a Resolução SEAS nº 53, de 19 de março de 2020 e a Resolução SEAS nº 116,
12 de 23 de dezembro de 2021, participando os seguintes conselheiros: **Iderliane Pereira**
13 representando a Subsecretaria de Conservação da Biodiversidade e Mudanças do Clima
14 (SEAS/SUBCON); **Ana Asti** representando a Subsecretaria de Recursos Hídricos e
15 Sustentabilidade (SEAS/SUBRHES); **Jaqueline da Silva Alvarenga** representando a
16 Subsecretaria de Saneamento (SEAS/SUBSAN); **Philippe Campello** representando o Instituto
17 Estadual do Ambiente (INEA); **Leandro Luiz Gomes** representando a Diretoria de
18 Biodiversidade de Áreas Protegidas e Ecossistemas do INEA (INEA/DIRBAP), **Kayo Vinicius**
19 **Romay** representando a Diretoria de Licenciamento Ambiental do INEA (INEA/DIRLAM);
20 **Vanessa Schinaider** representando a Diretoria de Recuperação Ambiental (INEA/DIRAM),
21 **Sergio Henrique Mantovani** representando a Diretoria de Pós-Licença do INEA
22 (INEA/DIRPOS); **Andre Soares de Mello** representando a Diretoria do Instituto Chico Mendes
23 de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), **Barbara Mandacary** representando a
24 Superintendência Integrada de Combate aos Crimes Ambientais (SUPCCA), **Lídia Vaz Aguiar**
25 representando Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN); **Patrícia Figueiredo de**
26 **Castro** representando a Rede de ONGs da Mata Atlântica; **Sergio Bonecker** representando a
27 Diretoria da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), **Daniel Homem de Carvalho**
28 representando a Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRio); **Debora Barros** representando
29 a Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente (ANAMMA), **Luciana Vianna**
30 **Pereira** representando a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e **Vinicius Rocha Crespo de**
31 **Oliveira** representando a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Rio
32 de Janeiro (FECOMÉRCIO). Os representantes da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
33 (UFRRJ), estiveram ausentes na reunião. Participaram como convidados: Milena Almeida, Letícia
34 Alves (SEAS/SUPFIP), Dayani Ribeiro, Karina Simini, Monaliza Barbieri e Wanessa Macedo
35 (SEAS/COOFMA); Júlia Bochner e Debora Rocha (PRESIDÊNCIA/INEA); Caroline Vilardi
36 (SEAS/SUBCON); Milena Alves, Leandro, Vanessa Teixeira, Carlos, Isabella
37 (INEA/DIRBAPE); Carlos José Araújo (INEA/GERGPARG); Aghatta Dias e Nathalia Bragança
38 (INEA/GERSEF); Marcello Guerreiro (FIRJAN); Fabio Luiz Mendes (INEA/GEREC); Irlaine de
39 Alvarenga (INEA/SUPSUS); Andrei (INEA/GERUC). Felipe Mendes, Subsecretário Executivo
40 da SEAS, justificou a ausência do Secretário José Ricardo por motivo de agenda externa.

41
42 **I – APROVAÇÃO DA ATA:** Foi aprovada a ata da 85ª Reunião Ordinária da CCA pelos
43 Conselheiros presentes na última reunião.

44
45 **II – APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO GERENCIAL DA COMPENSAÇÃO**
46 **AMBIENTAL 2022** – Dayani Ribeiro, coordenadora do FMA, reiterou pedindo desculpas pelos
47 problemas que tiveram para marcar a reunião da CCA na semana anterior. Iniciou a apresentação
48 do relatório gerencial dando continuidade com as informações de saldo, despesas e banco de



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade
Câmara de Compensação Ambiental
Ata da 86ª Reunião Ordinária
07 de outubro de 2022

49 projetos, para que os conselheiros possam deliberar com base na situação atual e na saúde
50 financeira do fundo. Dayani ressaltou que na última reunião foi acordado que todos os projetos
51 que tivessem sido aprovados há mais de dois anos e classificados como “banco de projetos”
52 deveriam apresentar a documentação atualizada exigida, que seria o plano de trabalho, cronograma
53 físico financeiro, termo de referência e cotações atualizadas no prazo de trinta dias, que se encerrou
54 hoje (sete de outubro de dois mil e vinte e dois) ou os mesmos estariam aptos ao cancelamento. E
55 ressalta que os projetos que forem cancelados, futuramente poderão voltar a apresentar na CCA,
56 com as devidas atualizações exigidas, não havendo quaisquer prejuízos por conta do cancelamento.
57 Os projetos que o FMA entendeu aptos ao cancelamento, foram os que os proponentes se
58 manifestaram favoráveis ao cancelamento ou, os projetos em que o proponente não entregou
59 nenhuma documentação. Os projetos que encaminharam a documentação, somaram seis milhões.
60 Alguns projetos pediram prorrogação do prazo, esses projetos somam vinte e quatro milhões, são
61 os que trazemos para CCA para os conselheiros tomarem ciência desse pedido de prorrogação e
62 deliberar. Dayani, informa o saldo em conta e explica que a restauração florestal tem quatrocentos
63 e doze milhões em conta, atualmente, sendo quatrocentos e nove milhões do IDG e dois milhões
64 e novecentos mil do FUNBIO. Informa que a Compensação Ambiental está com cento e trinta
65 milhões, sendo oitenta e cinco milhões do IDG, e quarenta e cinco milhões do FUNBIO. Ressalta,
66 que o fundo fiduciário é oriundo de cinco por cento dos recursos da compensação ambiental pela
67 Lei Estadual nº 6572/2013, informou que os rendimentos desse recurso só podem ser utilizados
68 para Custeio das unidades de conservação de Proteção Integral e apresenta os dados do fundo
69 fiduciário em conta com trinta e sete milhões sendo três milhões do IDG e trinta e quatro milhões
70 do FUNBIO. Informa que esse montante de trinta e sete milhões, não poderá ser utilizado, uma
71 vez que a lei autoriza utilizar somente os rendimentos líquidos desse valor. Informa que a conta
72 de gerenciamento da restauração florestal COMPERJ possui ainda quarenta e cinco milhões em
73 saldo, sendo esta uma conta separada das demais, sob titularidade do IDG. Esse valor da
74 restauração florestal é específico para o gerenciamento do projeto Floresta do Amanhã. Apresenta
75 as despesas de julho do ano de dois mil e vinte e um a junho do ano de dois mil e vinte e dois.
76 Informa que foram trinta e cinco milhões ao longo desses doze meses, com cinco milhões e
77 duzentos mil de restauração florestal, apenas do Floresta do Amanhã, Vinte e nove milhões na
78 compensação ambiental e um milhão e duzentos mil do fundo fiduciário, sendo a despesa média
79 mensal desse último de cento e um mil reais. Dayani ressalta que a única despesa que tem no fundo
80 fiduciário é do cartão vinculado, com as unidades de conservação de proteção integral. Informa
81 que no mês de agosto tiveram algumas variações nos valores por conta da troca do gestor
82 financeiro, mas informa que a partir desse mês de outubro, tudo vai se normalizar. Ressalta o
83 orçamento livre de despesas futuras, mostrando quatrocentos milhões na restauração florestal,
84 sendo que noventa por cento desse recurso provém do TAC do COMPERJ e que são recursos para
85 o Florestas da Amanhã. Noventa e seis milhões de compensação ambiental, de orçamento livre,
86 que significa o saldo que temos em conta atualmente, descontando os compromissos que temos
87 firmados em contratos atuais. Sendo, trinta e quatro milhões de compromisso na compensação
88 ambiental e doze milhões na restauração florestal. Dayani informa, que o fundo da Mata Atlântica
89 tem ainda a previsão de novos contratos ao longo dos próximos meses, no próximo ano com
90 cinquenta e cinco milhões em projetos que englobariam projetos novos que estão para iniciar, e
91 projetos que já estão iniciados e tem outras contratações para serem feitas. Após concluídas essas
92 contratações, o orçamento que terá livre será de quarenta e um milhões para novos projetos a serem
93 aprovados pela CCA. Explica que na última reunião da Câmara de Compensação Ambiental os
94 conselheiros deliberaram pelo encaminhamento de uma notificação da possibilidade de
95 cancelamento para os proponentes de projetos aprovados há mais de dois anos. **Dayani** dá
96 continuidade a apresentação do relatório gerencial informando que estão com cinco TCCAs



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade
Câmara de Compensação Ambiental
Ata da 86ª Reunião Ordinária
07 de outubro de 2022

97 (Termo de Compromisso de Compensação Ambiental) em andamento, alguns que já foram
98 assinados, outros que estão em fase de elaboração da minuta e no total esses TCCAs somam vinte
99 e oito milhões, que estão pra serem depositados ao longo dos próximos meses.

100 Comunica que em agosto foi finalizada a contratação do novo gestor financeiro, que antes era o
101 Bradesco e agora será a Caixa Econômica Federal. Assim, foi dada continuidade aos acordos de
102 cooperação do IDG (renovado até maio de dois mil e vinte e três) e do FUNBIO (renovado por
103 mais quatro anos). Informou que teremos três gestores operacionais, pois além do IDG e do
104 FUNBIO, a SEAS assinou também acordo de cooperação com a Fundação Assistencial de e de
105 Apoio à Biodiversidade São Francisco de Assis por cinco anos. Ressalta que todos os gestores
106 operacionais já estão com as contas abertas na Caixa Econômica Federal e operando. Com isso, já
107 estão retomando os projetos.

108 **Patrícia Figueiredo de Castro**, havia solicitado na última reunião informações sobre a
109 contratação de projetos como RPPN e pergunta sobre a planilha dos projetos que foram aprovados
110 na Câmara e não foram iniciados, se estão dentro ou fora da contabilização dos quarenta e um
111 milhões apresentados como orçamento livre de despesas. E se a Fundação São Francisco de Assis
112 tem experiência para trabalhar com o Fundo da Mata Atlântica e que gostaria de ter uma
113 apresentação sobre a Fundação, para que possa conhecê-la. Dayani informa que o convite da
114 reunião junto ao link foi encaminhado para os responsáveis da Fundação, mas que poderia sim
115 solicitar uma apresentação da Fundação São Francisco de Assis aos conselheiros, caso o conselho
116 achasse necessário. E informa que a Fundação foi selecionada através de um processo de
117 chamamento Público, seguindo as regras da Administração Pública, conforme os critérios
118 estabelecidos no edital. Em relação aos projetos, informa que os quarenta e um milhões estão
119 livres, tanto para execução de novos projetos aprovados pela CCA, quanto para a execução de
120 projetos constantes no banco de projetos, cuja relação já havia sido encaminhada para os
121 conselheiros. **Patrícia**, informa que continua com dúvidas, pergunta se o banco de projetos são
122 todos os projetos já aprovados na CCA. **Dayani** informa que os categorizados como banco de
123 projetos, são todos que já passaram pela CCA e foram aprovados, porém não tiveram nenhum
124 trâmite de execução. Explica que os projetos foram separados em três grupos: os que estão em
125 execução (contratos realizados e em andamento), os que estão em contratação (já teve início algum
126 trâmite para assinatura do termo de execução ou para início da contratação) e os que estão em
127 banco de projetos (sem nenhum andamento, apenas aprovado o projeto na CCA). O orçamento
128 livre atual é resultado do desconto das despesas a pagar de contratos firmados atualmente do saldo
129 existente em contas. Informa que os quarenta e um milhões do valor do banco de projetos não
130 foram considerados nesse cálculo de saldo livre, por não saberem ao certo quais serão cancelados.
131 Ou seja, os quarenta e um milhões estão livres para que a Câmara decida como serão utilizados. O
132 orçamento livre, somado aos vinte e oito milhões de novos TCCAs, resultam em sessenta e nove
133 milhões disponíveis para a execução de projetos. **Patrícia**, informa, que a dúvida dela não foi
134 esclarecida, e questiona que os projetos que são aprovados na CCA, não sabem se serão banco de
135 projetos ou se realmente serão executados, então sugeriu a Câmara que fosse realizada uma análise
136 mais criteriosa para ver qual projeto tem a necessidade realmente de ser aprovado. **Marcello**
137 **Guerreiro**, representando a FIRJAN, se apresenta como Engenheiro Florestal e conselheiro da
138 FIRJAN e pede esclarecimentos sobre os números, perguntando sobre os quatrocentos milhões de
139 restauração florestal, informando que não entendeu a relação que possui com o Florestas do
140 Amanhã. Questiona, qual o valor que realmente está livre e qual valor está relacionado ao
141 COMPERJ ou Florestas do Amanhã. E informa que não entendeu sobre o somatório apresentado
142 na planilha, referente a Compensação Ambiental, quais são os projetos que estão no banco de
143 projetos. **Filipe Alves Mendes**, agradece a pergunta da Patrícia, e informa que em relação ao banco
144 de projetos, foi deliberado na última reunião que os projetos que não foram iniciados, teriam um



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade
Câmara de Compensação Ambiental
Ata da 86ª Reunião Ordinária
07 de outubro de 2022

145 prazo para apresentar a atualização de suas propostas, e caso contrário, seriam cancelados. Ele
146 ressalta que os projetos ficam parados no banco de projetos sem nenhum andamento devido à
147 inércia do proponente na apresentação da documentação necessária. Já o projeto RPPN, explica
148 que não se encontra no banco de projetos porque o proponente já deu andamento à documentação
149 exigida. Ressalta ainda que a secretaria tem total interesse que todos os projetos aprovados pela
150 CCA deem continuidade e sejam executados. Informa que foi encaminhado ofício para todos os
151 proponentes que estão no banco de projetos e que muitos não responderam. **Marcello Guerreiro**
152 pergunta, quanto aos projetos que não tiveram andamento, se os valores desses projetos voltam
153 como fundo livre. **Dayani** recapitula a última CCA, em que foi apresentada uma listagem de todos
154 os projetos que estão em execução, em contratação e os que estavam no banco de projetos. Explica
155 que os projetos que estão “a iniciar” já haviam sido analisados junto aos conselheiros, dentre os
156 quais estão os projetos de criação de RPPN, de uso público nas UCs estaduais, as revisões de plano
157 de manejo do INEA e diversos outros projetos. Lembra também que foram apresentados os
158 projetos categorizados como banco de projetos, e que havia sido acordado naquela reunião que a
159 SEAS encaminharia aos proponentes uma notificação com o prazo de trinta dias para que se
160 manifestassem. **Dayani** informou, que o ofício com a notificação foi encaminhado para todos os
161 proponentes, inclusive para os proponentes do INEA, que estão presentes na reunião. Explica ainda
162 que na última CCA, a SUPFIP se comprometeu a apresentar a atualização mensal dos projetos,
163 dos saldos, de quanto tem em cada conta, das receitas, dos projetos que estão em contratação e os
164 que não estão em contratação. E que a planilha encaminhada por e-mail no momento da
165 convocação dos conselheiros (Gestão de Finanças e de Projetos) contém essas informações,
166 incluindo o status de cada projeto. Informa que este arquivo também possui uma aba com
167 informações de contratos, para os projetos que se encontram em execução, e outra com os valores
168 disponíveis nas contas do FMA. **Marcello Guerreiro**, questiona novamente qual a relação do
169 Floresta do Amanhã com a restauração florestal e pergunta quanto desse recurso já está alocado
170 nesse projeto. **Filipe** informa que pouco menos de quatrocentos milhões de reais foram depositados
171 na carteira de Restauração Florestal, oriundos do TAC do COMPERJ, para restauração florestal
172 na região hidrográfica da Baía de Guanabara (RH V) e que o projeto Floresta do Amanhã foi
173 elaborado para a execução de parte desse recurso, sendo o único projeto em execução nessa carteira
174 atualmente. **Filipe** apresenta a listagem dos projetos aos conselheiros, e informa que algumas
175 documentações foram encaminhadas apenas nessa semana pelos proponentes, o que resulta numa
176 desatualização do documento que receberam na semana passada. **III – PRORROGAÇÃO DE**
177 **PRAZO DE SESENTA DIAS PARA ENTREGA DE DOCUMENTAÇÃO DOS**
178 **PROJETOS QUE ESTÃO CLASSIFICADOS COMO “BANCO DE PROJETOS”**. Filipe
179 abre a votação quanto à autorização da prorrogação do prazo de entrega da atualização dos
180 documentos de projetos do banco de projetos em mais sessenta dias. Não havendo nenhuma
181 objeção dos conselheiros, a solicitação é aprovada. **IV – APRESENTAÇÃO DO PROJETO DE**
182 **FORTALECIMENTO DA REDE DE RADIOCOMUNICAÇÃO NA REGIÃO SERRANA**,
183 apresentado pelo proponente **Marco Luiz**, representando a DIRPOS. Inicia-se a apresentação
184 informando ser um projeto piloto, da interligação de quatro repetidoras (que faz com que o sinal
185 chegue mais longe, tanto para os que falam, quanto para os que recebem), com a função de
186 interligar as distâncias entre as Unidades de Conservação. Informa que é um projeto teste e que
187 dando certo, tem o objetivo de expandir por todo o estado. A rede foi concebida em dois mil e
188 quinze, em função do colapso, que teve em dois mil e treze na região de Petrópolis, Teresópolis e
189 adjacentes. Devido as grandes chuvas na região, tiveram muitos deslizamentos, que foi um dos
190 principais motivos para fazerem essa interligação. O Modelo apresentado, é da interligação das
191 repetidoras, na região serrana, e apresenta como será realizada a comunicação através de rádios
192 fixos, moveis e portáteis. Explica que será analisada a eficácia desse projeto, com o progresso da



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade
Câmara de Compensação Ambiental
Ata da 86ª Reunião Ordinária
07 de outubro de 2022

193 interligação, com uma comunicação eficiente, integrada, direta, mais robusta e segura, via rádio,
194 entre as unidades de conservação da região. O projeto possui orçamento de duzentos e cinquenta
195 mil reais, e vigência de vinte e quatro meses. Após discussão dos conselheiros **Filipe**, parabeniza
196 o Marcos, pelo projeto ebre avotação. Não havendo nenhuma objeção, declara, o projeto aprovado.
197 **V – APRESENTAÇÃO DO PROJETO DE GERENCIAMENTO E EXECUÇÃO DE**
198 **SERVIÇOS E CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE, MONITORAMENTO E**
199 **ACOMPANHAMENTO DE AÇÕES DE USO PÚBLICO EM UNIDADES DE**
200 **CONSERVAÇÃO, ADMINSTRADAS PELO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.** O projeto
201 é apresentado pelo Carlos, representando a gerência de guarda parque e membro da equipe da
202 DIRBAPE. Informa, que está substituindo o gerente Alex Alves, que por motivo de doença não
203 pôde estar presente. Inicia a apresentação informando o objetivo geral do projeto, que é o
204 fortalecimento e a gestão das unidades de conservação estaduais, através da execução de serviços
205 de apoio à conservação da biodiversidade, monitoramento ambiental, gestão e logística e
206 acompanhamento de ações de uso público. Apresenta os objetivos específicos, que são: o
207 desenvolvimento de ações voltadas a conservação e educação ambiental nas unidades de
208 conservação, realização de atividades de monitoramento e prevenção a riscos ambientais nas
209 unidades de conservação e zona de amortecimento, atuar no atendimento do público e no
210 ordenamento da visitação nas unidades de conservação. Apoiar as Unidades de Conservação, com
211 serviços administrativos, logísticos, e de fiscalização. Zelar pelos recursos naturais, infraestrutura
212 das unidades de conservação. O orçamento tem uma proposta com o valor total, de vinte e três
213 milhões, para execução de serviços pelo prazo de doze meses, propondo efetivo de duzentos e
214 setenta e três colaboradores. Após discussão, **Filipe** abre para votação. FIRJAN reprova o projeto
215 por reconhecer que os recursos da CCA devem ser prioritariamente aplicados na conservação,
216 restauração e demais ações de compensação, enquanto custos operacionais devem ser pagos com
217 caixa do estado. **Filipe** registra como voto divergente. Não havendo mais nenhuma outra objeção
218 dos conselheiros, o projeto é declarado aprovado. **VI –PROJETO DE MULTIPLICAÇÃO E**
219 **REINTRODUÇÃO DE ESPÉCIES ENDEMICAS, AMEAÇADAS E CLIMACIAS NAS**
220 **UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E HORTOS ESTADUAIS.** O Projeto é apresentado pelo
221 Andrei Veiga, membro da equipe da DIRBAPE, biólogo e gerente da Gerência de Unidades de
222 Conservação INEA/GERUC. Inicia mostrando um mapa das áreas prioritárias para restauração
223 florestal, áreas de interesse para proteção e recuperação de mananciais, no qual explica que os
224 pontos vermelhos no mapa, são áreas de alta prioridade, diminuindo a prioridade até chegar no
225 azul claro sendo de baixa prioridade. Informa, que está bem distribuído entre as unidades de
226 conservação e ressalta, que tem uma estratégia, que prevê a produção de mudas de semente. Que
227 seria, mais um trabalho de restauração, além da conexão com outros projetos. O objetivo geral do
228 projeto é fortalecer o sistema de produção de mudas, de espécies nativas endêmicas, ameaçadas
229 de extinção e climácicas, visando o fornecimento de material genético de qualidade para os
230 projetos de restauração florestal a serem implantados nas Unidades de Conservação estaduais, e
231 outras áreas legalmente protegidas, em consonância com os princípios e objetivos do Sistema
232 Nacional de Unidades de Conservação e da Política Estadual de Restauração Ecológica. Apresenta
233 os objetivos específicos: Contratar empresa especializada na prestação de serviço de manutenção
234 de áreas verdes e apoio à produção de sementes e mudas e reintrodução de espécies nativas
235 endêmicas, ameaçadas e climácicas nas UCs, mantendo os hortos florestais e a Floresta Estadual
236 José Zago (FLOEJZ) como espaços de referência no desenvolvimento de tecnologias de
237 conservação e restauração ecológica, assim como o provimento do manejo, paisagístico ao redor
238 das estruturas físicas nas UCs estaduais, proporcionando ambientes que se integrem à vegetação
239 nativa pré-existente. Orçamento e prazos: apresentam a planilha resumida de custos, totalizando,
240 sete milhões, cento e sessenta e oito mil, setecentos e oitenta e dois reais e dezenove centavos,



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade
Câmara de Compensação Ambiental
Ata da 86ª Reunião Ordinária
07 de outubro de 2022

241 durante doze meses do projeto. Ressalta, sobre a reserva técnica, que se não for utilizada durante
242 doze meses, voltará o valor para o fundo. **Felipe** abre para discussão com os conselheiros e
243 parabeniza a equipe da DIRBAPE. **Patricia** elogia o projeto e parabeniza a equipe, pela
244 apresentação. Informa que se preocupa com a utilização do recurso e com a contratação de empresa
245 de prestação de serviço. Questiona se não seria na carteira de restauração florestal que este projeto
246 deveria estar e solicita que analisem a possibilidade de transferir esse recurso. **Leandro**, diretor da
247 DIRBAPE, informa que a produção de mudas nos hortos, colabora com plantio de muitos
248 municípios. Aonde mudas trabalham no reflorestamento, como exemplo de queimadas. E concorda
249 sobre a transferência para a carteira de restauração. **Marcelo** concorda que o projeto é de total
250 importância e solicita informação de previsão de hectares em florestas e a quantidade de espécies
251 que foram identificadas que são importantes. **Andrei**, informa que esse projeto, não contempla
252 apresentar a quantidade de áreas restauradas no momento, e informa que no final do projeto, pode
253 colocar essas informações resumidas. **Felipe** responde o questionamento da Patrícia, sobre a
254 carteira de restauração e informa que desde que comprovado o saldo na carteira de restauração
255 florestal poderá ser transferido de carteira. **Felipe**, abre para votação dos conselheiros. Declara
256 aprovada, com ressalva da troca de carteira, caso tenha saldo disponível. **VII – DELIBERAÇÃO**
257 **DE ALTERAÇÃO DO ESCOPO DO PROJETO DE IMPLANTAÇÃO DA UNIDADE DE**
258 **CONSERVAÇÃO DO PARQUE NATURAL MUNICIPAL DE BOM JARDIM.** Deliberação
259 do item cinco de aditivo para projeto já aprovado. Apresentação para alteração de escopo do
260 projeto. Equipe da prefeitura de Bom jardim apresenta. Ramon, secretário de projetos da prefeitura,
261 iniciou a apresentação com a localização do Parque Natural de Bom Jardim, informando que se
262 encontra no centro da cidade, apresentando o levantamento da área e o histórico da propriedade.
263 Informa, que no ano de dois mil e dezoito, após consulta pública e pela lei número mil, quinhentos
264 e doze, criou-se a unidade de conservação denominada Parque Natural Municipal do Bom Jardim,
265 conforme a lei SINUC. Ramon aponta a alteração solicitada: substituição da passarela suspensa
266 por uma pista de skate. Teria a justificativa, que uma pista de skate, apresenta maiores chances de
267 visitação ao parque, o que poderá garantir mais segurança ao espaço. **Felipe** abre para discussão
268 dos conselheiros, como não houve discussão, abre para votação. Declara, projeto aprovado. **VIII**
269 **–ADITIVO DE PROJETO DE GERENCIAMENTO E EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE**
270 **MONITORAMENTO, GESTÃO AMBIENTAL E ACOMPANHAMENTO DE AÇÕES DE**
271 **USO PÚBLICO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ADMINISTRADAS PELO ESTADO**
272 **DO RIO DE JANEIRO.** O Aditivo de Projeto foi apresentado **Carlos Pontes**, representante da
273 DIRBAPE. O objetivo do projeto, é dar continuidade aos serviços de gerenciamento e execução
274 de serviços de monitoramento, gestão e logística e acompanhamento de ações de uso público em
275 Unidades de Conservação da Natureza, instituídas pelo Estado do Rio de Janeiro, sob a gestão do
276 Instituto Estadual do Meio Ambiente. Apresenta a parte de Produtos, com a especificação dos
277 serviços através de um relatório mensal, com a relação dos serviços executados pela Contratada
278 no período, de acordo com a demanda definida pelo INEA. Relatório Semestral e Consolidação
279 Final para acompanhamento das metas, visando à manutenção da qualidade e execução dos
280 serviços. Plano de Contingência de cada UC, a partir da assinatura do aditivo e atualização
281 trimestral; Meta de doze meses se mantém os duzentos e setenta e três da equipe. O orçamento
282 apresentado e o orçamento proposto de cinco milhões, quatrocentos e noventa e um mil, setecentos
283 e doze reais e sessenta e três centavos. As áreas um e a área dois. Das unidades e sedes de guarda
284 parques dos núcleos avançados. Estudo para os quatro meses com possibilidade de avaliação
285 administrativa, jurídica entre as empresas. **Felipe** agradeceu a DIRBAPE, e abriu para discussão e
286 votação. Não havendo objeção, declara projeto aprovado. **IX – INFORME AO CONSELHO**
287 **SOBRE ALTERAÇÃO DE VALOR DE PROJETO APROVADO NA ÚLTIMA CCA:**
288 Informe ao Conselho sobre a correção da informação da última reunião realizada (84ª reunião



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade
Câmara de Compensação Ambiental
Ata da 86ª Reunião Ordinária
07 de outubro de 2022

289 ordinária da CCA), sobre o fortalecimento do programa do PROUC. Havia sido informado o valor
290 do aditivo que seria de trezentos e dois mil, novecentos e cinquenta e um reais e oitenta e nove
291 centavos, enquanto o valor correto seria, setecentos e treze mil e seiscentos reais. Totalizando o
292 valor do projeto em quatro milhões, duzentos e oitenta e um mil e seiscentos reais. Patrícia
293 argumentou, se esse último item seria só para deliberarem a mudança de valor do aditivo. **Filipe**
294 informa, que não, por ser menos de vinte e cinco por cento do valor, não é necessário levar para
295 deliberação do Conselho. **X- ENCERRAMENTO:** Filipe Mendes agradeceu a participação de
296 todos e deu por encerrada a reunião. Eu, Filipe, lavrei a presente ata que vai assinada por mim e
297 por todos os representantes da Câmara de Compensação Ambiental do Estado do Rio de Janeiro
298 presentes nesta data. Rio de Janeiro, 07 de outubro de dois mil e vinte e dois.

FELIPE MENDES
SEAS/SUBEXEC

IDERLIANE PEREIRA
SEAS/SUBCON

JAQUELINE ALVARENGA
SEAS/ SUBSAN

ANA ASTI
SEAS/SUBREHS

BARBARA
MANDACARY
SEAS/SICCA

DEISE DELFINO
INEA

LEANDRO GOMES
INEA/DIRBAPE

SERGIO MANTOVANI
INEA/DIRPOS

KAYO ROMAY
INEA/DIRLAM

LUCIANA VIANNA
OAB

LIDIA VAZ AGUIAR
FIRJAN

PATRÍCIA FIGUEIREDO
DE CASTRO
REDE DE ONG's

DANIEL DE CARVALHO **DEBORA BARROS**
ACRio ANAMMA

PHILIPE CAMPELO
INEA

VANESSA SCHNAIDER **ANDRE MELLO**
DIRAM ICMBIO

SERGIO BONECKER
UFRJ

VINICIUS OLIVEIRA
FECOMERCIO